

Entrevista

DAVID HARVEY*

Por Mónica Arroyo, Helion Póvoa Neto,
Mareia Quintero Rivera e Roberto Morales Urra.
29 de março de 1995, São Paulo.

Tradução: Helion Póvoa Neto

Pergunta: A idéia de um mundo dividido entre Norte e Sul tem sido, nas últimas décadas, um discurso comum na Geografia e nas ciências sociais. Considerando a sua visita ao "Sul", gostaríamos de saber como você entende esta relação.

D. Harvey: Parece-me que caracterizações tais como as da diferença entre Norte e Sul, ou entre Centro e Periferia, são demasiadamente simplificadoras. Temos agora processos operando na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos que implicam em produção de

* O professor Harvey concedeu esta entrevista por ocasião de sua visita ao Departamento de Geografia da USP, após ter cumprido, em Porto Alegre, programação ligada à prefeitura local.

Graduado e pós-graduado em Geografia, até o nível de doutorado, pela Universidade de Cambridge, lecionou até 1969 no Departamento de Geografia da Universidade de Bristol. Foi então para a Universidade John Hopkins [Baltimore, EUA], lá permanecendo até 1987. Transferiu-se em seguida para Oxford, onde passou um período de seis anos e meio. Atualmente, encontra-se de volta a John Hopkins.

Tem publicados, além de inúmeros artigos, os seguintes livros:

Explanation in Geography. London: Edward Arnold, 1969.

Social justice and the city. London: Edward Arnold, 1973 [trad. bras.: *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980].

The limits to capital. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

The urbanization of capital. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

Consciousness and the urban experience. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985.

The condition of post-modernity. Oxford: Basil Blackwell, 1989 [trad. bras.: *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992].

David Harvey

marginalidade, do tipo já longamente conhecido em lugares como São Paulo. Imagens enganosas, provavelmente veiculadas pela televisão, idealizam aquelas áreas. Para ficar com um rápido exemplo: as pessoas me chamavam a atenção, em Porto Alegre, para crianças que, na rua, pediam dinheiro para lavar vidros de carro. Apresentavam este quadro como característico de sua cidade. Na verdade, isto já é freqüente em Baltimore e em Nova Iorque, ao contrário de vinte anos atrás. Quero dizer que ocorrem, no assim chamado "Norte", importantes mudanças que o fazem, parcialmente, aparentar-se mais e mais ao "Sul". Os bairros mais ricos de São Paulo não me parecem tão diferentes de Beverly Hills ou de áreas semelhantes em Nova Iorque. A distinção que contrapõe um Norte rico e poderoso a um Sul pobre, já não dá conta da realidade.

Eu preferiria encarar isso em termos de desenvolvimento capitalista desigual, que atua na geografia do mundo de forma muito mais complexa que uma simples relação centro-periferia ou norte-sul. Em termos políticos, existem, evidentemente, questões como a das matérias-primas, das taxas de câmbio, nas quais os países capitalistas avançados formam um bloco financeiro realmente poderoso na defesa de seus interesses. Faz sentido, em certas circunstâncias, considerar àquelas relações, já que nem todos os estados possuem o mesmo poder.

Ocorre que este poder também se torna mais desorganizado no Norte, em parte devido à ação do capital financeiro, que solapa muito da autonomia dos estados. Em meados dos 70, por exemplo, a Grã-Bretanha precisou tomar empréstimos junto ao FMI, que fez com o país o mesmo que faria com qualquer outro: exigiu austeridade, atacou políticas de bem-estar social, reduziu salários... Tivemos então em 1976-77, na Grã-Bretanha, um governo trabalhista que cumpria um programa de ajuste estrutural, ditado pelo Fundo Monetário Internacional. A questão, portanto, é destacar que, mesmo sendo casos como o da Grã-Bretanha bastante diferentes, em termos gerais, do de países como Malawi e Tanzânia, os mesmos processos de disciplinamento financeiro dos governos encontram-se atuantes, no Sul como no Norte. Não se deve pensar neste último como um bloco a salvo do trabalho disciplinador do capitalismo financeiro e de suas instituições.

Existem, evidentemente, organizações como a OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico] e o Grupo dos 7, constituin-

do poderosos conjuntos de instituições políticas que regulam o funcionamento da economia mundial. Ocorrem, portanto, importantes diferenças. Mas devemos ser sempre cuidadosos na caracterização do Norte, percebendo a complexidade de sua situação, que apresenta grandes desigualdades. Da mesma forma, o Sul foge ao estereótipo da marginalidade e das favelas, possuindo também um setor social extremamente rico, poderoso e influente, ligado principalmente à indústria e às instituições financeiras. De maneira que eu prefiro falar em termos de desenvolvimento capitalista desigual, onde quer que o encontremos.

Pergunta: Gostaríamos de saber se o trabalho de intelectuais latino-americanos constituiu uma referência em sua trajetória acadêmica.

D. Harvey: Acredito que o que se fez inicialmente sobre a teoria da dependência e pela comissão da CEPAL foi extremamente influente para muitos que, como eu, trabalhavam nos países capitalistas centrais. As idéias do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e das estruturas de dependência, desenvolvidas por essas correntes de pensamento, significaram muito para nós.

Houve outras influências importantes. Penso, por exemplo, em alguém como Paulo Freire e sua “pedagogia do oprimido”, bem como no trabalho feito através da Teologia da Libertação. Foi grande a sua influência sobre muitos intelectuais norte-americanos, bem como instituições e líderes religiosos.

Tem havido portanto um contínuo fluxo de idéias a partir da experiência da América Latina, em direção a círculos intelectuais no Norte. Muitos dos que aqui trabalharam retornaram com uma percepção diferente a respeito do funcionamento do capitalismo nestas condições. Pode-se mencionar a experiência dos “Peace Corps” norte-americanos, através dos quais, muitos vieram como “liberais moralistas” e voltaram como radicais, repensando assim, toda sua atuação política nos Estados Unidos.

Pergunta: Ao final de seu livro The condition of post-modernity [“A condição pós-moderna”], você propõe, como projeto para o desenvolvimento do marxismo, a inclusão de temas como raça, gênero, religião, estética e práticas culturais, entre outros. Como

David Harvey

Você está lidando com esta tarefa em suas investigações recentes e na prática acadêmica?

D. Harvey: Tenho me preocupado, em alguns de meus últimos textos, com a relação existente entre as problemáticas de gênero, raça, preferência sexual, e a questão das classes sociais. Para muitos, hoje, nos EUA, esta última é simplesmente irrelevante. Mas eu recuso-me a ignorar a importância do conceito. Dedico-me, no momento, a examinar como pode ocorrer uma articulação entre todas estas questões.

Uma das dificuldades para isso concerne à própria definição de classe social. E há algumas observações que gostaria de fazer quanto a isso. Em meu próprio trabalho, na maior parte do tempo, a concepção de classe não se refere apenas a um grupo de pessoas sociologicamente definido [sociological block], mas sim a um certo relacionamento entre estas e o processo mais geral de acumulação capitalista, o qual apresenta importantes diferenciações. Um banco, que auferir lucros através da sua inserção em uma rede capitalista, pode receber depósitos de um trabalhador, que estará desta maneira participando de um fundo de investimento de capitais. Vemos, portanto, que é complexa, e repleta de ambigüidade, a relação entre indivíduos e processo de acumulação. Está claro que nem todos possuem o mesmo poder neste processo, enquanto alguns posicionam-se em situação de dependência, outros participam de sua administração e definem partes importantes do mesmo. Também aqui, deve-se destacar a existência de um desenvolvimento desigual do poder político-econômico da população.

De maneira que a classe diz respeito à posição quanto à acumulação capitalista, mais que a uma simples classificação social de dois grupos em confronto, a burguesia e o proletariado. E nem sempre se percebe uma polarização tão esquemática. Veja-se, por exemplo, a questão dos mecanismos de seguridade social. A preocupação com a perda de direitos nesse campo pode levar a uma priorização quanto à manutenção do sistema, fazendo com que trabalhadores sejam radicais no local de trabalho e conservadores quanto a outros campos.

Mas parece-me que, se começarmos a examinar a estrutura de poder real que dita todos esses processos, entenderemos que muito do que ocorre está

determinado pela lógica do sistema, bem como por um grupo relativamente pequeno que domina a maior parte das decisões. Falar em luta de classes não implica em pensar apenas na organização coletiva dos trabalhadores frente ao capital, mas também neste último organizando-se a si mesmo como força econômica e política que procurará ditar os rumos de todo o resto. A situação de dominação mundial do capital, neste preciso momento, talvez não tenha precedentes na história. Sendo esta uma realidade da luta de classes, acredito que todos, homens e mulheres, negros e brancos, devemos considerar a questão de nossa relação com o processo mais geral da acumulação capitalista e com a minoria que o controla.

A questão é pensar quais tipos de alianças podem ser feitas, entre os diferentes sexos e raças, a respeito de todas essas questões. Veja-se, para tomar um exemplo, a questão da epidemia da AIDS. O seu impacto maior, nos EUA, está entre os pobres, entre os negros, entre pessoas com preferências sexuais alternativas. O seu caráter de classe é demonstrado pelo fato de que a doença, afetando principalmente esses setores sociais, tem sido relegada a segundo plano pelas autoridades. Não deixa de ser, num certo sentido, uma forma de genocídio. Restringir a questão a sexo, raça ou preferência sexual seria um erro. Devemos assumir o seu caráter classista, não segundo uma aceção restritiva que ignore aquelas outras dimensões, mas segundo o reconhecimento da existência de interesses coletivos.

Este é apenas um pequeno exemplo quanto à importância de articular toda aquela série de questões. Poderá ser mais difícil, no caso de uma associação sindical dirigida por homens brancos, defender que a mesma se posicione quanto à questão da AIDS sob um prisma de classe. Certamente ocorrerão resistências. Mas creio que uma das coisas que o movimento dos trabalhadores precisa fazer é encarar questões como essa, em seu caráter de classe, orientando também sua ação nesse sentido. Parte do trabalho político hoje refere-se à tentativa de se articular diferentes dimensões de luta.

Pergunta: Nesse sentido, seriam as categorias de Gramsci ainda úteis para estudar a problemática social?

D. Harvey: Categorias como a de hegemonia, por exemplo, parecem-me ser fundamentais. Gramsci foi muito sofisticado na sua análise a respeito

David Harvey

do desenvolvimento desigual entre o Norte e o Sul da Itália, que é um excelente estudo de geografia histórica [N. do T.: *A questão meridional*, na tradução brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987]. Acredito ser uma leitura muito útil para a reflexão quanto à geografia das relações de classe e das formas de luta de classe num contexto de desenvolvimento capitalista desigual. É também importante a idéia de que estamos envolvidos numa posição que diz respeito ao mundo como um todo, e não apenas a uma confrontação direta entre classes. Acredito que a esquerda deve hoje ver-se a si mesma numa posição mundial, o que significa buscar alianças com movimentos como o feminista e o anti-colonialista, construindo assim uma rede mais sólida para a ação política no futuro. Não estamos, absolutamente, em condições de tomar a ofensiva. Mas trata-se de uma guerra de posições.

Pergunta: Você sustenta que o capitalismo tem uma proposta universal que tende para a homogeneidade. Para enfrentá-la, far-se-ia necessário construir outro projeto universal, o de "desenvolvimento humano". De que forma seria possível articular um projeto como esse, dado o contexto de fragmentação dos movimentos sociais?

D. Harvey: Faz-se necessário reformular a idéia do que seria um projeto universal, e creio que explicitá-lo é tarefa para o movimento e os pensadores socialistas da atualidade. Nem toda a retórica marxista a respeito, elaborada a partir de condições do século XIX, parece ser, hoje, adequada para tal. Mais que projetar as questões para uma sociedade sem classes, localizada no futuro, devemos ser explícitos quanto a que tipos de relação social podem ser previstos dentro de um projeto de desenvolvimento humano.

Surge, evidentemente, toda uma série de questões. Uma delas diz respeito às possibilidades do exercício democrático em cidades de grande porte. No século passado, quando Marx escrevia, nenhuma cidade tinha mais de um milhão de habitantes, e a maioria era muito menor. Podia-se pensar, portanto, numa forma muito mais localizada de democracia. Mas, no caso de uma forma de organização social como a da cidade de São Paulo, surge a questão de como operá-la em conjunto com a manutenção de formas democráticas de tomada de decisão. De como integrar as decisões dos profissionais e especialistas da administração com os desejos e necessidades populares. Vivemos hoje situações nas quais a deci-

são democrática se faz, frequentemente, impossível. Imagine, por exemplo, o caso de uma instalação de energia nuclear que comece a apresentar problemas de funcionamento. Deve-se convocar uma assembléia popular para se decidir o que fazer? Não, e esta é a questão: muitas características de nossa sociedade dependem de decisões altamente concentradas, tomadas por especialistas.

Precisamos começar a reconhecer que as relações sociais em qualquer sociedade socialista futura tenderão a ser muito complexas, já que existirão diferentes níveis de abstração, diferentes níveis de generalidade, diferentes níveis de especialização, nos quais certas decisões cruciais terão de ser tomadas. A concepção de democracia deve ser, portanto, repensada. Como viabilizar a democracia? Como garantir que os especialistas sejam confiáveis para o povo, e não portadores de uma razão técnica a serviço da dominação social? Há muitas questões desse tipo, e elas precisam ser pensadas em termos de qual será a concepção de uma sociedade socialista que concilie o igualitarismo com a necessária existência de estruturas hierárquicas organizadas.

Temos também que atentar para a necessidade de que o socialismo do futuro esteja ligado, o mais possível, à idéia da crescente diversidade. Ao contrário do que ocorre com o capitalismo - no qual, segundo penso, estamos todos sendo transformados na mesma coisa sem o percebermos - precisaremos garantir que as diferenças aflorem, incluindo aí todos os tipos de diferenças existentes em termos de cultura, de estilo de vida, preferência sexual e o que mais for. Trata-se, portanto, de lutar por um projeto que seja universal, mas que trate também da necessidade da diversificação.

Conciliar diversidade com garantias contra a dominação de um grupo por outro é uma questão muito complicada. Mas realmente me parece que a visão do socialismo - numa proposta a ser estabelecida desde agora - trata de um projeto universal de criação de instituições democráticas hierárquicas, confiáveis, responsáveis e, que, ao mesmo tempo, garantam a diversidade.

Pergunta: A proposta de desenvolvimento humano refere-se, então, a um projeto socialista?

David Harvey

D. Harvey: Sem dúvida, eu acredito em um projeto socialista no qual as pessoas sejam livres para usar sua criatividade de formas incomuns e interessantes. Marx acreditava fortemente no projeto socialista como de realização pessoal, embora não no sentido estreito e egocêntrico do individualismo burguês. Um processo de realização do ser através da relação com os outros e com a natureza, de forma que se pudesse ter, na medida do possível, um conjunto não-alienado de relações. Sua visão de realização pessoal referia-se ao coletivo, através de algum tipo de projeto universal.

Pergunta: Também podemos pensar que para o capitalismo converter-se em um projeto universal levou um longo tempo.

D. Harvey: Acredito firmemente na noção do que se poderia chamar de “revolução longa” [long revolution]. A revolução capitalista tem se estendido por três séculos ou mais, e creio que a revolução socialista deve também ser pensada como um processo duradouro, e não como algo que se alcançou, num único ato, em 1917.

Pergunta: Gostamos de ouvir sobre sua confiança no futuro. Recentemente, tivemos a visita de um pensador alemão - Robert Kurz - que escreveu acerca do colapso da modernização. Diz ele que o capitalismo está em crise, mas que estamos muito longe de uma revolução socialista devido ao crescimento da exclusão social e porque o Terceiro Mundo está se tornando desinteressante para o imperialismo. Não teríamos mais que enfrentá-lo, já que o Norte não se importa mais conosco, e assim nos afastaríamos tanto da perspectiva tradicional quanto à exploração capitalista quanto, mais ainda, da perspectiva da revolução socialista.

D. Harvey: Não me parece que o Norte não se importe com o Sul, segundo a perspectiva em que estamos usando essas categorias. Acredito que quem detém o poder importa-se bastante com a forma pela qual os recursos mundiais serão manejados. E penso que precisamente agora os mais poderosos elementos do sistema capitalista encontram-se preocupados com o chamado manejo global dos recursos mundiais, da população mundial, da questão ambiental. Não creio que eles pensem nisso em termos de Norte e Sul, e sim em termos do desenvolvimento geograficamente desigual, e do capitalismo global.

Pergunta: Você também tem mencionado a questão da redefinição do lugar e a possibilidade da definição do espaço e do tempo a partir da escala da comunidade. Como conciliar esta perspectiva local com a realidade da globalização do capital e dos mercados?

D. Harvey: Acabo de escrever um ensaio, publicado na revista norte-americana *Social Text*, intitulado "Militant particularism and global ambition". Nele examino principalmente a obra de Raymond Williams, mas o argumento central gira em torno da afirmação de que toda ação radical começa em um dado lugar, constituindo o que eu chamaria de "militância particularista". Há um conjunto de problemáticas, referidas a lugares e momentos determinados, e os movimentos sociais lidam com as mesmas de forma bastante radical. O passo seguinte é do alargamento da perspectiva rumo a uma concepção de sociedade completamente distinta. Ocorre, nesse caso, a conversão do enfoque particularista em um enunciado universal sobre como deve ser o mundo.

Há muitos exemplos históricos disso. Refiro-me, por exemplo, à Revolução Francesa: o que ela proclamou? Os direitos do homem. Trata-se de uma revolução particular, localizada no tempo e no espaço, que propôs um enunciado de caráter universal. Posteriormente, algumas noções de direitos humanos chegariam a ser incorporadas pela declaração de direitos humanos das Nações Unidas. Temos visto também, através do movimento ecologista, militantes que se indignam com temáticas particulares e as ampliam rumo a uma consideração da problemática ambiental em termos globais, propondo mudanças nesse nível. As feministas, envolvidas com problemas específicos quanto à opressão sexual, começam a desenvolver uma teoria global do patriarcado e das relações de gênero.

O ponto que desejo deixar claro é o de que toda ação radical assenta suas bases em alguma localidade, no lugar. E esta ação precisa, a partir de um certo momento, confrontar-se com a questão de como se globalizar, se universalizar, ultrapassando sua base local. Se examinarmos a história do movimento operário britânico e do Partido Trabalhista, veremos que este não surgiu na qualidade de uma instituição nacional, e sim através dos movimentos políticos dos mineiros no sul de Gales, das áreas têxteis, das indústrias de estaleiros. A comunicação entre esses trabalhadores, discutindo os problemas existentes e questionando as possíveis

David Harvey

soluções, fez com que verificassem a existência de semelhanças e diferenças. A organização nacional do Partido Trabalhista foi construída através desses movimentos particularistas. Outro exemplo é o dos direitos civis, dos direitos dos negros, nos EUA, que não seguiu a orientação de nenhum teórico centralizador definindo caminhos. Começou em igrejas, no sul, e logo se organizou nacionalmente. Martin Luther King não inventou o movimento pelos direitos civis; ele foi o produto desse mesmo movimento. Ajudou a articulá-lo em termos nacionais.

Meu argumento geral é o de que encontramos hoje, no mundo, milhares ou milhões de atividades de militância particularista, que poderão permanecer confinadas aos limites das comunidades ou, ao contrário, conectar-se entre si com vistas a um projeto mais significativo. Há um exemplo recente nos EUA, com os movimentos pela justiça ambiental e contra a exposição ao lixo tóxico. A ocorrência de graves problemas de saúde advindos da proximidade desses detritos levou a que determinadas comunidades iniciassem uma ação política, juntamente com outras que vivenciavam problemas similares. Hoje, uma organização nacional, o Movimento contra Exposição a Tóxicos Químicos na Paisagem, ampliou sua ação no sentido de denunciar que a maior parte do lixo tóxico depositado no país localiza-se junto a bairros negros ou de população de baixa renda. Começou assim um clamor por justiça ambiental, questionando o fato de apenas algumas comunidades suportarem o fardo da guarda de resíduos produzidos por toda a sociedade. A administração Clinton acabou sendo forçada a fazer, recentemente, um pronunciamento a respeito de justiça ambiental. A questão dos resíduos tóxicos foi incorporada à legislação de direitos civis nacionais nos EUA, de forma que se trata, agora, de uma questão nacional. Este é um exemplo de militância que começou com uma causa particular e hoje começa a ter uma forte presença no movimento mais amplo em favor de justiça social e ambiental.

Pergunta: Você fala em exemplos de ação radical no mundo capitalista. Como veria, quanto a isso, uma experiência como a cubana?

D. Harvey: Penso que é muito difícil falar do caso cubano sem pensar na sua posição geopolítica. E em como os EUA tentam sempre, em todo o mundo, isolar qualquer revolução radical, impedindo seu desenvolvimento. Foi o que ocorreu na Nicarágua, no Chile e, mais violentamente,

em Cuba. A situação geopolítica vivida pelos cubanos foi, desde o início, extraordinariamente difícil, com sua sobrevivência dependendo da relação com o bloco soviético. Aquela integração permitiu que Cuba sobrevivesse, mas igualmente criou certas condições de dependência que viriam, em minha opinião, a se mostrar danosas.

Sem ser um especialista em Cuba, creio poder afirmar que algumas coisas muito positivas e importantes foram feitas. Um exemplo é o do sistema de saúde, que alcançou uma taxa de mortalidade infantil baixíssima, se comparada com outros países da América Central. Ao lado disso, encontramos também os problemas já mencionados quanto às relações entre democracia e níveis hierárquicos, entre democracia e respeito à diferença. De fato, o tratamento dado aos homossexuais não tem sido progressista e há, segundo penso, questões que devem ser repensadas. Frente a tudo isso, devo dizer da minha enorme admiração pelo fato de Cuba ter sobrevivido. Por quanto tempo sobreviveu o Chile? Por quanto tempo sobreviveu a Nicarágua? Os cubanos sobreviveram. E esta é, em diversos sentidos, uma extraordinária proeza.

Pergunta: Seu trabalho tem ajudado a pensar o espaço urbano. O que vemos hoje é que muito do que se chama de crise urbana (o problema dos sem-teto, a violência urbana, o controle do acesso aos espaços públicos) não pode ser resolvido considerando-se apenas a escala da cidade. Como você encararia esta nova realidade?

D. Harvey: Uma das coisas em que a Geografia tem feito um bom trabalho é no pensar a respeito de problemas que existem em diferentes escalas. Por vezes, é bastante difícil definir em qual escala devemos trabalhar.

Tomemos inicialmente, como exemplo, os problemas ecológicos. Há problemas globais, como o do efeito estufa, do buraco na camada de ozônio, da mudança global... Outros possuem um caráter muito mais regional, como o da chuva ácida por exemplo. Há portanto inúmeras escalas nas quais o problema ambiental existe, e ao se buscar soluções para uma delas pode-se estar acarretando dificuldades em outra escala. De modo que poderíamos ter soluções locais que se tornariam problemas re-

David Harvey

gionais, ou soluções regionais que afetariam negativamente a escala global. Precisamos então pensar sobre como diferentes problemas se definem em diferentes escalas, e em como relacioná-las.

Creio que algo semelhante ocorre com a organização social do espaço. Quando pensamos nos espaços urbanos, tratamos de problemas existentes em certa escala, que não é independente das relações com outras áreas urbanas, regiões, e assim por diante. As escalas regional, continental e global precisam ser consideradas. Veja-se o caso das migrações transcontinentais, com o significativo movimento de populações asiáticas e africanas para a Europa e América do Norte. O que temos agora é, portanto, uma situação global na qual não se pode compreender o que está acontecendo em uma cidade em particular sem examinar a relação entre grupos de migrantes e suas áreas de origem. San Francisco tem hoje uma “maioria de minorias”. Claro que temos de ocupar-nos destas diferentes escalas, e creio que os geógrafos precisam fazer isso. Uma contribuição importante que podemos dar está na análise da questão em uma forma técnica, examinando como determinados problemas se articulam com outros nas demais escalas.

Pergunta: Vemos que a Geografia tem se aproximado bastante de outras ciências sociais. Como você avaliaria esse processo? Qual seria sua importância?

D. Harvey: Acredito que é um caminho de mão dupla, com uma reciprocidade na aproximação entre a Geografia e estas ciências. Existe, nas áreas de teoria social e teoria literária, uma boa dose de curiosidade a respeito do significado do espaço. Uma parte da teoria literária atual trata do espaço e da espacialidade, frequentemente sem um aprofundamento quanto a suas implicações. A maioria dos convites que tenho recebido para conferências ou cursos em outras universidades não vem de departamentos de Geografia, e sim dos de Humanidades e Ciências Sociais, que se mostram curiosos quanto aos conceitos utilizados pelos geógrafos.

Acho que há um crescente reconhecimento, em certos níveis, de que as fronteiras disciplinares não fazem sentido. A problemática urbana é complexa demais para ser o domínio privilegiado do arquiteto, do planejador, do sociólogo, do economista ou do geógrafo. Precisamos

estabelecer uma forma de trabalho coletiva que abrigue as perspectivas particulares e as junte a um conjunto mais coerente de configurações. No meu próprio trabalho, eu nunca prestei atenção a fronteiras disciplinares, como vocês devem ter reparado. Alguns de meus colegas na Geografia se perturbam com isso, e dizem que eu não sou mais um geógrafo. Eles têm um problema com essa situação. Mas eu me pergunto porque nos deveríamos deter nestas fronteiras. Quem as define? Quem as polícia? Penso que deve ser útil ter suas raízes em algum lugar, mas isso é um pouco como no caso da militância particularista. Ela pode partir da Geografia, ou da Economia, mas num certo ponto você terá de ultrapassar esses limites rumo a um campo mais universal do conhecimento. Isso se torna particularmente importante quanto a temáticas como a ambiental e a urbana, amplas demais para serem deixadas com qualquer disciplina específica, e com relação às quais ninguém tem o direito particular de dizer que domina todo o conhecimento necessário.

Com relação ao campo de estudos ambientais, devo dizer também que um dos problemas é o da existência de uma longa tradição de separação entre natureza e cultura. Costumo pedir a meus alunos que me apontem, dentro da sala de aula, onde a natureza começa e a cultura termina. Claro que é impossível. Como se você olhasse para um campo de trigo e perguntasse onde termina a cultura e onde começa a natureza. Ao longo da vida, nós opomos essas categorias como se elas significassem algo. Precisamos questionar algumas distinções simplistas que, segundo me parece, mais enganam que auxiliam. Há certas situações em que pode ser feita a distinção entre natureza e cultura, mas como definir quando isto se torna razoável? No caso da Geografia, temos uma disciplina que se divide em Física e Humana, na qual se torna crescentemente difícil colocar geógrafos dessas duas áreas para debater entre si e realizar um trabalho integrado. Toda essa organização do conhecimento repousa sobre a distinção entre natureza e cultura, que carece de fundamentação.

Pergunta: No Brasil, a principal influência na formação da Geografia veio da França, país onde este é um campo muito bem estabelecido. Existe uma divisão dentro da disciplina, em áreas como

David Harvey

Geografia Agrária, Urbana, da População... Interessa-nos, no caso, a sua vinculação com a área de Humanidades, de Literatura, de Estudos Urbanos. Como você acha que a academia deveria encarar o problema da sua organização em departamentos, e o que pensa da organização dos estudos por área?

D. Harvey: Não me incomodo com a divisão departamental. Mas é importante não tomar muito rigidamente a existência dessas fronteiras. Tenho tido, nos últimos anos, o privilégio de dividir, em Oxford e em John Hopkins, cursos com economistas, sociólogos, historiadores, antropólogos, cientistas políticos e outros da área de Humanidades. Fiz isso em diversos departamentos, o que tem sido bastante estimulante e instrutivo para mim. Algumas vezes os alunos ficam confusos, por se encontrarem divididos entre dois professores, mas tudo bem. É bom, às vezes, confundir um pouco as pessoas.

Penso que ainda há coisas muito interessantes por fazer. Imagino por exemplo cursos de Geografia, cursos sobre a cidade, utilizando o cinema. Implicaria em escolher um filme por semana, prover material de apoio e provocar a discussão a respeito. Um de meus filmes favoritos para tal seria *Chinatown*, de Polansky, que trata da disputa por água em Los Angeles, e que é baseado em uma história real. Você poderia estar ajudando as pessoas a apreciar melhor os filmes com um embasamento histórico e geográfico, ao mesmo tempo em que a compreensão geográfica também seria auxiliada. *Blade Runner*, *Wings of desire* ["Asas do desejo", de Wim Wenders], são filmes que se prestam a esse tipo de trabalho. Há muitos disponíveis lidando com situações urbanas. Os chineses também têm feito filmes que dão uma boa idéia quanto aos modos de vida urbanos. Imagino também que devam existir bons filmes sobre São Paulo.

Acredito que estejamos deixando de nos confinar a uma idéia tradicional de Geografia, sem necessariamente propor o fim da disciplina ou o seu desaparecimento da área de estudos sociais. Não creio que apenas uma disciplina deva desaparecer, mas sim todas elas, em conjunto. O fim desses limites seria para mim positivo, embora as pessoas pudessem partir de sua base disciplinar particular, desde que, tal como acontece com a militância particularista, essa base fosse questionada, através do contato com os conhecimentos da demais disciplinas.

Pergunta: Em seu último livro, você estudou o cinema, o que nos pareceu bastante estimulante e, ao mesmo tempo, corajoso por ter se exposto à crítica de especialistas...

D.Harvey: As minhas interpretações de filmes, contidas no livro, suscitaram críticas de “especialistas” na área. Era previsível. Quando se cruzam as fronteiras, há quem se incomode muito. Mas trata-se de um risco a ser corrido, com o qual acabamos por nos acostumar. As críticas significam que você está fazendo um trabalho sério e mexendo com as pessoas, o que não deixa de ser positivo.

